



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13824 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

O Direito à Creche no/do campo em um Assentamento na Região Intermediária de Sorocaba – SP

Thaise Vieira de Araujo - UFSCAR/SOROCABA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Maria Walburga dos Santos - UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

Título: O Direito à Creche no/do campo em um Assentamento na Região Intermediária de Sorocaba – SP

RESUMO: O presente trabalho tem como tema a educação infantil do campo, área recente de discussão no país e que possui pouca produção acadêmica. Trata-se de uma pesquisa de doutorado em educação em andamento, que visa investigar uma experiência de creche em um assentamento rural na região intermediária de Sorocaba-SP, busca compreender aspectos relacionados ao direito à creche no/do campo a partir das narrativas de famílias, professores/as e gestores/as educacionais (secretário de educação, diretora e coordenadora pedagógica), uma vez que do ponto de vista da política pública verifica-se desigualdade de acesso das crianças do campo em relação às crianças da cidade na educação infantil e esse atendimento é ainda menor na creche. A proposta metodológica de abordagem qualitativa se ampara na perspectiva da pesquisa narrativa, busca dar visibilidade para as experiências vividas pelos sujeitos e assim colaborar com a construção do conhecimento sobre educação infantil do campo. Os resultados parciais apontam para um contexto de atendimento educacional no próprio território; a creche como demanda das mulheres/mães; a diretora da creche é uma assentada e o atual secretário municipal da educação já foi diretor da escola do assentamento, somando assim esforços para o fortalecimento da educação infantil do campo no município.

Palavras-chave: educação infantil do campo, creche do campo, assentamento rural.

Introdução

A educação infantil do campo ocupa lugar de debate no cenário brasileiro, que busca articular os conhecimentos próprios da educação infantil e da educação do campo com o objetivo de abrir caminho e orientar o olhar de movimentos sociais, pesquisadores e do

próprio Estado, na construção de novos saberes sobre bebês e crianças pequenas que residem nas áreas rurais, buscando compreender como vivem suas infâncias na diversidade territorial, econômica e cultural do campo brasileiro, bem como dar visibilidade às políticas públicas, ou a falta delas, no atendimento em creche e pré-escola à população de 0 a 5 anos e 11 meses de idade do campo (ARAÚJO, 2015).

A educação infantil do campo é reconhecida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) através do artigo 8º, parágrafo 3º, que reconhece as “crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras”, e garante-lhes o direito à identidade e à necessidade de adaptação de currículos, tempos e espaços nas propostas pedagógicas das escolas.

Nessa mesma direção, em 2010 foi criado um grupo de trabalho, no âmbito da Coordenação Geral de Educação Infantil da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (CODI/SEB/MEC), para subsidiar a construção de políticas públicas específicas para a educação infantil do campo. Na ocasião constatou-se a ausência de conhecimento sobre as infâncias do campo e sobre as formas como se efetivam o atendimento em creche e pré-escola.

A partir desse diagnóstico, foi desenvolvida a pesquisa nacional “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos residentes em áreas rurais”, realizada entre os anos de 2011 e 2012, que revelou entre seus dados desigualdades que marcam os direitos das infâncias do campo, sendo a creche um desses direitos negligenciados pelo Estado brasileiro (BARBOSA *et al.*, 2012).

Nesse bojo, é necessário compreender que uma educação de qualidade para a população rural se realiza *no* campo, garantindo o direito de uma educação no território e que dialogue com a concepção proposta pela educação *do* campo, que defende a participação e valorização das culturas e realidades do campo brasileiro nas propostas educativas das escolas, em todas as etapas da educação básica, desde a creche (CALDART, 2012; LEAL, 2012)

Tendo em vista esse panorama, esta pesquisa tem o objetivo investigar uma experiência de educação infantil em assentamento rural região intermediária de Sorocaba-SP, bem como visa compreender aspectos relacionados ao direito à creche no/do campo a partir de narrativas das famílias, professores/as e gestores/as educacionais e assim colaborar com a construção do conhecimento sobre a educação de bebês e crianças de até 3 anos de idade na creche em contexto rural.

Metodologia

O estudo de cunho qualitativo se fundamenta na abordagem da narrativa (LIMA; GERALDI; GERALDI, 2015), busca compreender aspectos relacionados ao direito da creche

no/do campo. Assim, as narrativas são consideradas como material de análise para compreender uma determinada realidade a partir das contribuições dos sujeitos, já que elas refletem as experiências e histórias vividas em determinado contexto.

Para realização da investigação serão adotados na pesquisa alguns instrumentos que auxiliarão o/a pesquisador/a no processo investigativo: (1) pesquisa de campo para aproximação e construção de vínculo do/a pesquisador/a, (2) entrevistas com famílias, professores/as e gestores/as, para compreender a experiência de educação infantil em assentamento rural e aspectos relacionados ao direito à creche no/do campo.

Vale destacar que a pesquisa passou pela análise via Plataforma Brasil e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição a qual está vinculada. Por questões éticas, as identidades dos participantes e do município serão mantidas em sigilo.

Discussão de Resultados parciais

A pesquisa está sendo realizada em uma creche de assentamento rural do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), fica localizada no sudeste do estado de São Paulo e faz parte da região intermediária de Sorocaba-SP. O assentamento ocupado em 1984, tem uma área total aproximada de 17.000 hectares e seu território se estende por dois municípios, um deles foco dessa pesquisa. Segundo Censo de 2010, a população registrada no município era de 87.753 habitantes, sendo 16% da população residente em área rural.

No assentamento a luta pela educação iniciou junto com a ocupação do território em 1984, data da fundação da primeira escola primária. Com o passar do tempo ampliou-se vagas, etapas de atendimento, construção de novas salas e de um prédio e a compreensão da necessidade de um projeto de educação do campo é pauta desde 1990. Somente em 2015 foi construído o Plano Municipal de Educação com metas para a Educação do Campo, que segundo avaliação há ainda muitos desafios para a serem superados.

Assim como a história da educação infantil nos mostra, segundo a diretora, a creche foi uma conquista das mulheres/mães, que começaram a lutar pelo atendimento da faixa etária de 0 a 3 anos, já que no assentamento havia uma pré-escola e a demanda por creche era latente. Assim, a partir de 1 ano de idade, os bebês podem ser matriculados na escola de educação infantil do assentamento, que segundo Censo Escolar de 2021, 37 bebês e crianças de até 3 anos foram atendidas na creche pesquisada.

Com relação a gestão, a diretora é uma assentada e participou do processo de luta pela educação infantil do assentamento. O atual secretário de educação também fez parte do contexto investigado, atuando como diretor da escola. O vínculo estabelecido pela gestão municipal e local com o contexto pesquisado, pode ser considerado fator positivo para a construção de uma educação infantil mais comprometida com a realidade e demandas do campo e da comunidade atendida, como aponta pesquisa sobre a temática da gestão e educação infantil do campo (ARAÚJO, 2015).

Considerações finais

A Educação Infantil do Campo é uma área de conhecimento com pouca produção acadêmica e que necessita de maior atenção do poder público e dos pesquisadores, para fortalecimento da construção de políticas públicas que garantam o acesso e a qualidade da educação infantil para a população de 0 a 3 anos do campo, que historicamente é a que menos acessa a creche.

A presente pesquisa pretende visibilizar e ampliar a discussão sobre o tema e colaborar com a construção de saberes na área. Nesse sentido, conhecer os desafios e avanços de uma experiência e oportunizar espaços para que famílias, professores/as e gestores educacionais possam narrar suas experiências, na relação com o contexto investigado, é sem dúvida uma oportunidade para gerar reflexões sobre direito à creche no/do campo, abrindo caminho para novas pesquisas e proposições de políticas públicas.

Referências

ARAÚJO, T. V. Educação Infantil do Campo e Gestores Educacionais. 2015. 200 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós Graduação em Psicologia; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

BARBOSA. M. C. S., et al. Oferta e demanda de educação infantil no campo. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Conselho Nacional da Educação - Câmara da Educação Básica, Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Conselho Nacional da Educação - Câmara da Educação Básica, Brasília, DF, 2002.

CALDART, R. S. Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SILVA. A. P. S.; PASUCH. J. Orientações Curriculares para a Educação Infantil do Campo. In: Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010.

LEAL. F, L, A. Na mão e na contramão da política: a realização da política nacional de educação do campo em municípios do Cariri Paraíba. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2012.

LIMA, M. E. C. B; GERALDI, C. M. G; GERALDI, J. W. O trabalho com narrativas na investigação em educação. Educação em Revista – UFMG, vol. 31, núm. 1, 2015